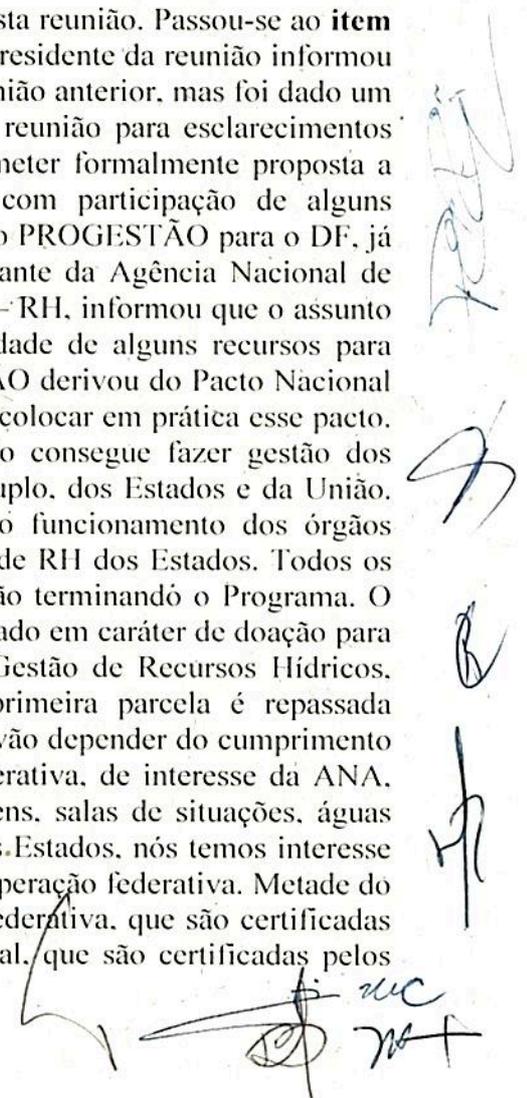


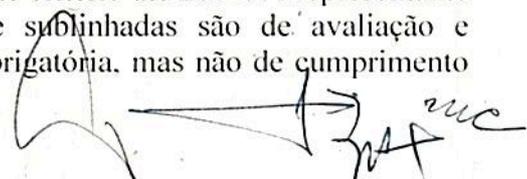
1 SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
2 CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
3 ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA
4

5 Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta
6 minutos, no SEP/Quadra 511, bloco C, Ed. Bittar – 4ª andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil, ocorreu
7 a 18ª reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF.
8 Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal, presidente
9 do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a reunião, e os seguintes
10 Conselheiros (as): MARIA SILVIA ROSSI (SEMA); TEREZA CRISTINA ESMERALDO DE
11 OLIVEIRA (SEMA/SUPLENTE), RICARDO RODRIGUES NOVAES (SINESP), LUIZ
12 ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); MARIA
13 DO CARMO MAGALHÃES CÉZAR (CAESB); CLÁUDIO C. GUEDES (CEB); ALINE
14 REZENDE PEIXOTO (IBAMA/SUPES), MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE
15 ARAÚJO (IBAMA-SUPES/SUPLENTE), JORGE ENOCH FURQUIN W. LIMA
16 (EMBRAPA), FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); ANTONIO CARLOS DE ARAÚJO
17 NAVARRO (FIBRA); TEREZINHA LIMA (ÚNICA/DF); LUCIJANE MONTEIRO DE
18 ABREU (ABES); MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO (ABES/SUPLENTE);
19 LUIZ FERNANDO KITAJIMA (UCB); REGINA STELLA QUINTAS FITTIPALDI (FÓRUM
20 DAS ONGs -1ª VAGA) e LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FÓRUM DAS ONGs
21 – 2ª VAGA). Participaram como convidados: Luis Fábio Mesquita (IBRAM), Silena Jaime
22 (ADASA), Magda Oliveira (ADASA), Welber F. Alves (ADASA), Irene Custódia M. Mesquita
23 (SEMA), Roger Henrique (IBRAM), Carlos Henrique (IBRAM), Flávia Simões F. Rodrigues
24 (ANA) e Alba Evangelista Ramos (ADASA). Não houve justificativa de ausência. Não havendo
25 quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda convocação. O
26 presidente iniciou a reunião cumprimentando a todos prosseguindo com o **item 1a** - da pauta:
27 Aprovação e assinatura da Ata da 17ª Reunião Ordinária do CRH-DF. Não houve nenhum
28 comentário ou ajuste na Ata e a mesma foi aprovada e assinada nesta reunião. Passou-se ao **item**
29 **2a da pauta**: Metas do Distrito Federal para o PROGESTÃO. O presidente da reunião informou
30 que este ponto de pauta estava previsto para entrar na pauta da reunião anterior, mas foi dado um
31 outro encaminhamento, haja vista que este Conselho pediu uma reunião para esclarecimentos
32 sobre o PROGESTÃO com os membros do CRH, antes de submeter formalmente proposta a
33 esse Conselho. Essa reunião aconteceu dia 03 de fevereiro, com participação de alguns
34 conselheiros, e hoje a ADASA fará uma apresentação das metas do PROGESTÃO para o DF, já
35 incluindo as considerações da reunião do dia 03/02. A representante da Agência Nacional de
36 Águas – ANA, Flávia Simões, especialista em Recursos Hídricos – RH, informou que o assunto
37 está pendente desde dezembro de 2014 e envolve a disponibilidade de alguns recursos para
38 investir no sistema de RH. Segundo Flávia Simões, o PROGESTÃO derivou do Pacto Nacional
39 pela Gestão das Águas, firmado em 2011 e foi o instrumento para colocar em prática esse pacto.
40 A ideia era fortalecer os órgãos gestores, visto que a ANA não consegue fazer gestão dos
41 recursos hídricos sozinha, e, também, isso demanda o domínio duplo, dos Estados e da União.
42 Muitos estados tinham fragilidades com relação à estrutura e o funcionamento dos órgãos
43 gestores. A proposta desse programa é apoiar os órgãos gestores de RH dos Estados. Todos os
44 Estados, exceto o DF, já assinaram o contrato. Nove Estados estão terminando o Programa. O
45 pagamento é baseado no cumprimento de meta. O recurso é repassado em caráter de doação para
46 o órgão gerir da forma que lhe convém, no fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos,
47 sendo repassado em cinco parcelas de até R\$ 750 mil. A primeira parcela é repassada
48 integralmente logo após a assinatura do contrato, as outras quatro vão depender do cumprimento
49 total ou parcial das metas. Há metas que são de cooperação federativa, de interesse da ANA,
50 relacionadas com a formação de cadastros, segurança de barragens, salas de situações, águas
51 subterrâneas. Apesar de água subterrânea não ser de domínio dos Estados, nós temos interesse
52 em saber como é que está esta questão, por isso há as metas de cooperação federativa. Metade do
53 recurso foi destinado ao cumprimento das metas de cooperação federativa, que são certificadas
54 pela ANA, e a outra metade são metas de gerenciamento estadual, que são certificadas pelos

126
Processo Nº 39300006212015
Rubrica do 2679711



55 CRHs dos Estados. Então, foi discutido na ADASA com alguns conselheiros do CRH/DF, qual
56 é a situação do DF com relação a uma série de variáveis. O programa tem trinta e duas variáveis.
57 Estas vão orientar como o DF está hoje e como pretende estar daqui a cinco anos. Foi feita uma
58 oficina em 2014 e agora novamente. O programa é para o País inteiro, e tem que ser aplicado de
59 forma igualitária para todo o País, daí as diferentes tipologias. Hoje há quatro tipologias, que vão
60 de "A" a "D". Quem define em qual tipologia está é o próprio Estado, com a aprovação do
61 Conselho de RH estadual. Na tipologia "A" estão os Estados que têm poucos problemas com
62 escassez de água, no geral são Estados com maior abundância. A tipologia "D" são os Estados
63 que têm conflitos muito específicos em áreas críticas. A maioria dos Territórios não têm
64 problemas de conflito pelo uso da água, nem quantitativo nem qualitativo. A tipologia "C" exige
65 estrutura de gestão mais robusta para fazer a gestão de RH, porque tem conflito que envolve a
66 qualidade de água, a escassez é mais evidente. Nas duas oficinas promovidas no DF, em 2014 e
67 2015, o DF apresentou características diferenciadas, que mais se assemelham com a tipologia
68 "C". Então, o que significa isso? A tipologia "A" tem até trinta e duas variáveis de
69 gerenciamento Estadual, que podem ser avaliadas. Na tipologia "A", o nível de exigência é de
70 dezessete variáveis que serão avaliadas. Para a tipologia "B" são vinte variáveis. Para a tipologia
71 "C" são vinte e nove variáveis e pra a tipologia "D" são trinta e duas variáveis. Estas variáveis
72 são geridas de acordo com a importância de cada instrumento, envolvendo questão de
73 mapeamento, outorga, enquadramento, plano de gestão. Há quatro grupos de variáveis de
74 articulação institucional, que engloba mais a parte de organização institucional e articulação, tem
75 variáveis de planejamento, variáveis mais operacionais, etc. Isto é o que será distribuído ao longo
76 do programa. Já foi feita uma discussão para entender qual a diferença, por exemplo, da tipologia
77 "C" para a tipologia "D", na primeira variável, do grupo de variáveis legais institucionais de
78 articulação social? A organização institucional do modelo de gestão diz que para tipologia "C", é
79 necessário ter no mínimo, o nível quatro. Isto significa que o Estado tem que ter uma área
80 específica na administração pública para fazer gestão e outra área para coordenar. Aqui existe a
81 Secretaria de Meio Ambiente que coordena o Sistema de Recursos Hídricos e têm a ADASA,
82 dando outorga, fiscalizando e acompanhando todas estas questões. No nível quatro, uma das
83 duas pode não estar muito bem estruturada e se manter. No nível cinco as duas tem que estar
84 muito bem estruturadas para se manter nele, funcionando sem conflito de competência entre elas.
85 Há diferenças nos níveis de variáveis, porque como a tipologia "D" exige um preparo maior da
86 administração pública para enfrentar os problemas, porque tem mais problemas, e aí o nível de
87 exigência é maior que o da tipologia "B". No DF percebe-se que tem mais das características da
88 tipologia "C", parece que essa foi uma dúvida na última reunião do Conselho: porque o DF é
89 "C" e não "D"? Simulando com o grupo de planejamento, por exemplo, quem é tipologia "C", o
90 que está sublinhado é de cumprimento obrigatório. Então, é necessário ter noção dos balanços
91 hídricos. Tanto a "C" quanto a "D" o nível é três. Já no plano dos recursos hídricos, na tipologia
92 "C", o nível é quatro. Na tipologia "D", o nível é cinco. Qual é a diferença no nível na tipologia
93 "C"? O plano tem que estar realizado, aprovado, mas ainda não está totalmente incorporado às
94 outras políticas que tem interferência com recursos hídricos, tipo agricultura, indústria, o
95 planejamento energético. Já no nível cinco o plano deve estar incorporado e conversando com as
96 demais políticas dos setores usuários dos recursos hídricos. Quando aprovada por este Conselho
97 as metas do PROGESTÃO para o DF, a ADASA e a ANA assinam o Contrato e logo em seguida
98 haverá o repasse da primeira parcela que é de setecentos e cinquenta mil reais. Em alguns
99 Estados o órgão gestor tem feito uma proposta de uso desses recursos e aí apresentado no
100 Conselho. Isso é importante porque o Conselho participa das políticas das macrodiretrizes. O
101 Conselho tem papel importante nas diretrizes de uso dos recursos. A ADASA vai gerenciar o
102 recurso, então, é importante o entendimento entre SEMA, ADASA e o CRHDF na aplicação
103 desse recurso. Ao longo de 2016 o DF vai cumprindo as metas do Programa. Em março de 2017,
104 a ADASA encaminhará para a ANA o relatório referente as Metas. Após a análise de
105 desenvolvimento das Metas será processado o repasse da segunda parcela, em acordo com o
106 cumprimento das Metas constantes do Contrato, seguindo este critério até 2019. A representante
107 da ANA explicou que as metas que estão negritadas e sublinhadas são de avaliação e
108 cumprimento obrigatório. As negritadas são de avaliação obrigatória, mas não de cumprimento

Handwritten signature and initials at the bottom right of the page. The signature appears to be 'M' and the initials are 'MUC'.

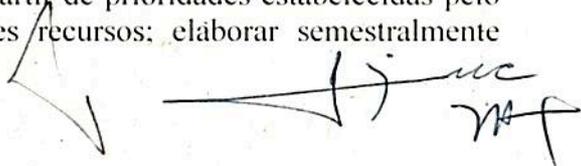
109 obrigatório, as demais são facultativas. No primeiro ano só vão contar para fins de cumprimento
110 as negritadas e sublinhadas, que são as metas obrigatórias. A partir do 1º ano tem que ver o que
111 diz o Contrato e o Relatório emitido pelo órgão gestor do PROGESTÃO. Flávia Simões
112 finalizou sua apresentação. O presidente da reunião perguntou se no contrato está previsto
113 revisão de metas. A representante da ANA esclareceu que o Estado pode solicitar um aditivo
114 para alteração de meta a qualquer tempo, podendo, inclusive, mudar a tipologia. O presidente
115 solicitou que a Conselheira Maria Sílvia apresentasse as contribuições da SEMA, resultado da
116 análise continuada das metas do PROGESTÃO, após a reunião ocorrida na ADASA, no dia
117 03/02/2016. A Conselheira Maria Sílvia/SEMA esclareceu que há uma tipologia de variáveis,
118 algumas facultativas, outras obrigatórias e outras espontâneas. Das trinta e duas metas, sete,
119 desperta preocupação em relação ao diagnóstico. O propósito é se apropriar do PROGESTÃO
120 para impulsionar uma reflexão interna para o fortalecimento do Sistema de Recursos Hídricos do
121 Distrito Federal – SRH/DF. Como endereçar as dificuldades e desafios para usar o
122 PROGESTÃO para o enfrentamento com qualidade, desses desafios. Por exemplo: o uso do
123 solo, onde os impactos da grilagem são brutais para os RHs, que está recepcionando uma
124 dinâmica que não está na governança dos órgãos gestores de água, que vão olhar a quantidade e
125 qualidade de água a partir dos rios. Os agentes que degradam os rios estão numa governança de
126 gestão territorial, mas o órgão gestor de recursos hídricos não tem ação e nem abrangência, nem
127 força dentro do próprio governo. Então, estamos olhando esse diagnóstico para casarmos as duas
128 agendas, dos desafios reais do DF, levantados pelo próprio Conselho. Essas metas são para,
129 efetivamente, fortalecer o sistema de gerenciamento de recursos hídricos do DF, sendo assim, as
130 nossas especificidades é que vão modelar, de fato, o senso de realidade do nosso sistema. Então,
131 estes sete pontos que estão colocados, pode-se concordar com eles, se olharmos só para dentro da
132 água, mas se olharmos o agente causal da água, em quantidade e qualidade, que está em outra
133 esfera da gestão territorial, precisamos assegurar que os instrumentos previstos na 9.433/97, com
134 rebatimento na Lei Distrital, dialoguem transversalmente até essa gestão territorial. Por exemplo,
135 a outorga. Tem procedimento de outorga estabelecido, onde a ADASA cumpriu papel
136 fundamental no momento em que não se tinha norma sobre isso, mas agora temos grande
137 oportunidade de trazer e qualificar isso. Por exemplo: as Áreas de Proteção de Manancial -
138 APMs, que são objeto da Lei de Ordenamento Territorial, na categoria específica do PDOT, cuja
139 gestão é SEMA e SEGETH, com intervenção da CAESB, que é a Concessionária, e que tem
140 ficado sozinha nessa discussão, dada a nossa incapacidade de fortalecer o trabalho da
141 concessionária nesse tema. Assim, ocorreram duas reuniões de urgência e emergência no
142 governo e ficou claro: a outorga é dada em APMs, como em qualquer outra área, assim como o
143 Licenciamento que também é dado em qualquer área, inclusive de APMs, independente da
144 observância do ordenamento territorial que diz que lá não é permitida atividade poluidora para os
145 RHs. Em nenhuma dessas duas instituições temos procedimentos instaurados para assegurar o
146 cumprimento do ordenamento territorial, que é tudo que queremos da Lei 9.433/97. No item 1.3,
147 há esforço de convergência das políticas e dos instrumentos dos órgãos gestores. No
148 enquadramento, foi feita discussão de que nas metas intermediárias e buscam-se indicadores de
149 qualidade, para tratar a água como água e não como RH. Nesse item 1.3, que é a gestão dos
150 processos para água, *stricto sensu*, está satisfatório, porém, no contexto, das UHs, não estão. A
151 leitura para esta categorização diz que todos os processos estão satisfatórios. Falta aprimorar. O
152 segundo elemento é o arcabouço legal, completo, com política estadual de RHs estabelecida por
153 Lei, com "todos os regulamentos", e não artigos complementares. Não temos todos esses
154 regulamentos, a exemplo da implementação do Fundo. Para o SRH funcionar temos que sanar
155 várias grandes lacunas. Há que se vê se é isso mesmo "todo o arcabouço legal"! O ponto 2.1, do
156 balanço hídrico. Essa discussão está no PGIRH, que a apresenta com propriedade. Foi feito um
157 esforço imenso, capitaneado pela ADASA e CAESB, e de 2012 pra cá, já houve bastante
158 evolução em algumas coisas. Este é outro ponto entender, se o PGIRH é considerado pela ANA.
159 Será que o PGIRH, sozinho, considerado pelo Conselho, é suficiente? O item do planejamento
160 estratégico institucional para orientar as ações da administração pública. Existem alguns
161 desafios: de aprimorar procedimentos, por exemplo, como fazer para que o licenciamento de um
162 parcelamento seja feito com, tanto o licenciamento quanto a outorga emitidas de forma

Folha Nº 327

Processo Nº 393000062/2015

Rubrica 2679711

163 satisfatória? A outorga é fundamental para balizar a decisão do outro Conselho. O item 2.7,
164 Estudos Especiais de Gestão. O DF tem vários estudos, que se mudar para o nível 2,
165 rapidamente se chega no 3. Tem várias dissertações de Mestrado que estão sendo defendidas,
166 que nos ajudaria a internalizar o Tema no Conselho. A questão da fiscalização volta nessa
167 discussão dos usuários outorgados atrelado ao processo de regularização de usuários da água. A
168 regularização do uso da água, num contexto de regularização fundiária não pode vir dissociada.
169 O item 4.4, sustentabilidade financeira. Não se trata da sustentabilidade financeira de um órgão.
170 A frase começa assim: "o SRH dispõe de fontes próprias de arrecadação". Eu pergunto: Quais
171 são as fontes próprias de arrecadação do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do
172 DF? Não está claro de onde vêm recursos e receitas. Essa arrecadação representa 20% da
173 necessidade financeira para garantir a sustentabilidade financeira do sistema? É preciso fazer a
174 discussão de quanto custa o SGRHDF e qual é a receita e como será a sua destinação. A Sra.
175 Fátima explicou que todas as inquietações da Conselheira Maria Sílvia devem ser analisadas e
176 respondidas pelo CRH e que o PROGESTÃO irá auxiliar nos esclarecimentos e debates que por
177 ventura venham a surgir. O presidente do Conselho abriu a reunião para considerações do
178 Plenário. O Conselheiro Rafael/ADASA manifestou que o PROGESTÃO veio numa hora muito
179 oportuna porque, as trinta e duas variáveis colocadas significam, exatamente o que a Lei de RH
180 manda fazer. Na verdade, o que existe é uma carteira de ações que devem ser desenvolvidas para
181 chegar na efetiva gestão de RH. Rafael disse, ainda, que a ADASA já trabalha o seu
182 planejamento com esta carteira de projetos, então, ao olhar a coluna dos desafios, e observa-se
183 ali um não, não significa que esteja satisfatório. Na verdade há procedimentos pré-estabelecidos,
184 e quando existe um sim, significa que pode-se melhorar e alcançar estas ações. O presidente da
185 reunião sugeriu que o PROGESTÃO seja aprovado como está, e que seja criado um grupo no
186 monitoramento, para discutir os ajustes que couberem e trazerem para o Conselho e ainda, este
187 GT deve monitorar o PROGESTÃO e trazer uma proposta de uso desse recurso. O Conselheiro
188 Mourão/Fórum das ONGs manifestou que acha importante que o GT faça o acompanhamento
189 compartilhado do PROGESTÃO. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF, manifestou acordo de
190 se aprovar a Resolução da maneira que está e, posteriormente discutir os pontos que demandam
191 reajustes, e depois, apresentar uma proposta com os ajustes. Ressaltou que encaminhou uma
192 proposta de Resolução para aprovação das Metas do PROGESTÃO, na condição de coordenador
193 da Câmara Técnica Permanente de Assessoramento/CRHDF. Existe uma CTPA, que trabalhou
194 em 2014 dando suporte para as Resoluções nº 01 e 02, que tratam da questão do enquadramento
195 e sua implementação. Essa CTPA criou um GT que cuida da implementação constante do Art. 6º
196 da Resolução nº 02. Esse GT vem se reunindo de modo intensivo, já produziu três propostas que
197 esse Conselho tem conhecimento, e a Câmara Técnica se reuniu uma vez o ano passado e duas
198 vezes esse ano só para examinar o trabalho do GT Enquadramento. Acontece que a CTPA não
199 tem pauta própria e a última reunião foi bastante esvaziada. O Conselheiro Montenegro levantou
200 as seguintes questões: primeiro, a coordenação da CTPA está disponível para ser assumida por
201 outro membro do Conselho. Segundo, é preciso rever o papel da CTPA/CRH/DF, porque é
202 possível que a CTPA é que seja responsável por uma matéria da importância desta que está
203 sendo discutida aqui neste Conselho hoje: as metas do PROGESTÃO para o DF. Lembrou ainda,
204 que a SEMA não tem representatividade na CTPA e pediu que seja estudado meios de inseri-la
205 na CTPA. Se nenhuma manifestar interesse em sair serão estudados outros meios de inserção da
206 SEMA. O Conselheiro Mourão/Fórum das ONGs manifestou que concorda que a CTPA é
207 responsável pela matéria, contudo, deve ser explicitado isto na Resolução que aprova as metas e
208 dá outros encaminhamentos. O presidente da reunião salientou que o trabalho desenvolvido pelo
209 Montenegro à frente da CTPA é precioso para este Conselho, razão pela qual, pede que
210 reconsidere a disponibilidade da presidência da CTPA e continue na sua presidência. A seguir
211 passou-se à análise e votação da Resolução que aprova as metas do PROGESTÃO, onde foram
212 acrescentados que caberá à CTPA reavaliar e, se necessário aprimorar o diagnóstico e as metas do
213 programa; propor as ações necessárias à viabilidade do cumprimento das metas assumidas, e seu
214 detalhamento; monitorar a implementação das metas assumidas; propor a alocação dos recursos
215 financeiros do Progestão para atendimento das metas, a partir de prioridades estabelecidas pelo
216 CRH-DF, bem como monitorar a implementação destes recursos; elaborar semestralmente

Handwritten signature and initials at the bottom right of the page. The signature appears to be "Juc" and the initials "MF".

217 relatório de acompanhamento para apresentação junto ao CRH-DF, como subsídio à aprovação
218 do atingimento das metas bem como da alocação dos recursos financeiros. Após alguns ajustes a
219 proposta de resolução foi aprovada por unanimidade. Verificado que a SEMA não faz parte da
220 CTPA, o presidente da reunião sugeriu a entrada da SEMA na CTPA, hoje composta pela
221 ADASA, CAESB, EMBRAPA, EMATER, ACONURCO, IBRAM, ABES, UCB e FAPE. O
222 presidente da reunião sugeriu que seja feita uma consulta às instituições que integram a CTPA
223 para ver se alguma deseja abdicar do assento para ser ocupado pela SEMA. Se ninguém se
224 manifestar, analisaremos posteriormente como inserir a SEMA na CTPA. Passou-se para o **item**
225 **2b da pauta**. Diagnóstico da Situação do Monitoramento Hidrológico e Hidrossedimentológico
226 no Distrito Federal. O Conselheiro Montenegro apresentou o representante da CAESB, senhor
227 Carlo Renan Cáceres Brites que fará as apresentações dos itens 2b e 2d da pauta, resultado do
228 trabalho elaborado pelo subgrupo/GT Enquadramento formado pelo IBRAM, CAESB, ADASA
229 e UnB. Carlo Renan Brites proferiu a apresentação do subgrupo de trabalho responsável pelo
230 diagnóstico da situação do monitoramento hidrológico e hidrossedimentológico no Distrito
231 Federal. Na apresentação destacou os objetivos do GT na fase do diagnóstico: a) Identificar as
232 estações de monitoramento hoje operadas no Distrito Federal, correlacionando-as com o
233 enquadramento proposto; b) Levantamento de todos os parâmetros avaliados, frequência de
234 amostragem, instituição responsável e objetivos das redes; c) Identificar as falhas no
235 monitoramento e propor melhorias; d) Analisar os dados mais recentes do monitoramento, e)
236 Apresentar a importância da elaboração de um Índice de Conformidade ao Enquadramento
237 específico para o Distrito Federal. A metodologia utilizada para o alcance destes objetivos
238 foram: a) Identificação e apresentação da equipe técnica; b) Levantamento georreferenciado de
239 estações de monitoramento do Distrito Federal operadas pelas instituições; c) Classificação das
240 estações por tipo; d) Elaboração de tabela de referência com código das estações; e) Avaliação
241 da cobertura das estações de monitoramento em relação ao enquadramento proposto, verificando
242 as UHs e rios monitorados; f) Identificação dos parâmetros monitorados por cada instituição; g)
243 Apresentação de trabalho técnico com comparativo entre os dados de monitoramento da ADASA
244 de 2013 e 2014, com valores de referência para cada rio principal de cada UH; h) Apresentação
245 de exemplo de um índice de conformidade ao enquadramento e discussão sobre as vantagens de
246 elaboração desse Índice de Conformidade ao Enquadramento, específico para o Distrito Federal.
247 A seguir apresentou o mapa da Rede Hidrometeorológica do DF em 2015 e o mapa do
248 monitoramento hidrossedimentométrico do DF, com o registro de dados recentes de qualidade de
249 água frente às classes propostas para os principais rios do DF, os números de Unidades
250 Hidrográficas – Uhs, classificadas como boa, alerta ou ruim em relação a cada parâmetro
251 avaliado, evidenciando os parâmetros em desconformidade, por UH de acordo com a classe do
252 Enquadramento. Apresentou as estratégias adotadas para o monitoramento do Enquadramento
253 proposto. A seguir, passou-se às considerações finais. 1 - A rede de monitoramento hoje operada
254 por ADASA, CAESB e IBRAM abrange os principais rios do Distrito Federal, restando poucas
255 lacunas a serem preenchidas no âmbito do monitoramento do enquadramento proposto. 2 -
256 Recomenda-se uma maior interação e compartilhamento de dados entre as instituições que
257 realizam o monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos do Distrito Federal, a fim de
258 evitar duplicidade de dados e visando à economia de recursos financeiros. A Resolução nº
259 02/2014 do CRH/DF induz a duplicidade de monitoramento, uma vez que sugere que ADASA e
260 CAESB realizem o monitoramento a montante e a jusante das Estações de Tratamento de
261 Esgoto. 3 - Aconselha-se a padronização das planilhas e formato dos arquivos, especialmente
262 para os parâmetros citados na Resolução do CRH/DF nº 02/2014, a fim de facilitar o
263 compartilhamento de dados entre as instituições. 4 - Recomenda-se que seja considerada a
264 inserção de análises de qualidade dos sedimentos, principalmente em ambientes lânticos, com
265 periodicidade semestral. 5 - Recomenda-se que seja considerada a inserção do parâmetro fósforo
266 como prioritário para enquadramento, diante dos resultados apresentados no Item 4. 6 -
267 Verificou-se a necessidade de determinação dos valores de referência para parâmetros que não
268 são contemplados pela resolução CONAMA nº 357/2005, mas que são considerados pela
269 Resolução nº02/2014 como parâmetros de monitoramento do enquadramento. 7 - Verificou-se
270 uma falha do monitoramento dos trechos de classe especial, que praticamente não são

Folha Nº 128
Processo Nº 393000062/2015
Rubrica rel 2679+14

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

271 monitorados em todo o território do Distrito Federal (com exceção da ESECAE). 8 - Sugere-se a
272 padronização dos horários de coleta de água para análises de qualidade, de modo a evitar
273 alterações intrínsecas à variação diurna do comportamento do ecossistema aquático. Como
274 sugestão fixa-se o período de 9h a 13h. Além disto, uma padronização nos métodos de coleta,
275 transporte e análises também deve ser discutido entre os operadores da rede. 9 - Diante da
276 influência e importância da zona ripária na qualidade das águas, recomenda-se que sejam
277 realizadas avaliações periódicas não apenas do canal do rio nos pontos de monitoramento, mas
278 também da zona ripária e seus componentes. 10 - Sugere-se a criação de um sub-grupo de
279 trabalho com o objetivo específico de desenvolvimento de um índice de conformidade ao
280 enquadramento para o Distrito Federal. O presidente abriu a reunião para manifestação dos
281 Conselheiros. A Conselheira Maria Sílvia/SEMA manifestou que temos que assegurar no Plano
282 de Monitoramento, o casamento das recomendações do Diagnóstico para a implementação da
283 Rede de Monitoramento. O Conselheiro Luiz Rios/IBRAM lembrou que sentiu falta da análise
284 temporal, talvez as frequências de amostragem não sejam ideais, é preciso olhar com cuidado. O
285 Conselheiro Jorge Enoch/EMBRAPA reforçou a importância de olhar a frequência de
286 amostragem. Dentro do levantamento, algumas áreas aparecem em trechos, na hora de enquadrar
287 exige que tenhamos uma estação em cada final de trecho. Foi feito um levantamento de quantas
288 estações são necessárias para cobrir todo o enquadramento proposto? Quanto isso custaria? O
289 levantamento hidrossedimentométrico me parece com poucas estações. Mas vejo que vocês têm
290 o monitoramento de sólidos em suspensão em várias estações. Qual é a diferença de uma estação
291 para a outra? Porque, geralmente, além da vazão faz-se a concentração de sedimentos. Outra
292 questão é o Fósforo como um parâmetro geral para todos. A Conselheira Maria do
293 Carmo/CAESB lembrou que a CAESB apresentou um diagnóstico para o enquadramento, para
294 ver o que faltava fazer. Quanto aos parâmetros de frequência, Maria do Carmo (CAESB)
295 informou que a CAESB já faz com uma frequência, que pode não ser ideal, mas já está sendo
296 feita. O Conselheiro Mourão/Fórum das ONGs falou sobre a metodologia. O grupo tinha que
297 propor efetivamente aquilo que seria o ideal para, a partir disto, planejar e ver o que se pode
298 fazer. Welber/ADASA lembrou que a ADASA possui ao todo 65 estações com análise
299 quantitativa bimestral e qualitativa trimestral. O gasto é da ordem de R\$ 1.000.000,00/ano. Se
300 pensar em ampliar mais a Rede isso vai onerar muito mais. O Conselheiro
301 Montenegro/ABES/DF salientou que, o GT executou uma tarefa dentro de determinadas
302 expectativas: o diagnóstico vai mostrar o que existe e o que não avançou para o que deveria ser
303 ideal, mas considerou algumas questões e ao final fez uma análise do que podia ser melhorado.
304 Montenegro disse, ainda, que o GT poderia ter continuado a discussão mas optou por trazer ao
305 conselho para conhecimento e aprovação, informando ainda, o que precisa ser feito, quem vai
306 fazer, em qual prazo e como, ou mesmo devolver ao GT. O Conselheiro Jorge Enoch lembrou
307 que há estações ali que para cumprir o enquadramento poderiam ser remanejadas. É obvio que há
308 que se pensar na questão financeira, mas no remanejamento também. A Conselheira Maria
309 Sílvia/SEMA salientou que talvez não se trate de aumentar a rede, mas de posicioná-la melhor
310 nas UHs mais críticas, aquelas que vão continuar sofrendo pressão porque são áreas de expansão
311 do PDOT. Estas precisam de monitoramento, talvez por trecho de rio, sem necessidade de
312 ampliar, em concentrá-las só no exutório, porque assim se compromete a outorga por trecho e o
313 licenciamento e a ocupação. *A priori*, é mais uma questão de qualificar a distribuição da rede do
314 que de ampliá-la. O Conselheiro Jorge Enoch/EMBRAPA trouxe como exemplo, Ponte Alta. A
315 estação tá lá embaixo, e no meio do caminho tem lugar que o rio é esgoto, e a sociedade precisa
316 saber que o rio é esgoto e o enquadramento mostra que o rio é esgoto. Lá em cima ele tá
317 enquadrado em classe quatro e não temos uma estação monitorando ali. É esse tipo de situação
318 que necessita mais trabalho. Estações, quanto mais, melhor. Precisa ter quatro ou cinco estações
319 medindo qualidade da água no Preto? O presidente da reunião salientou que a questão do
320 monitoramento tem ao menos dois aspectos que são fundamentais: a questão da transparência e
321 da divulgação do monitoramento. O Conselheiro Rafael/ADASA explicou que, com relação aos
322 dados de quantidade está em funcionamento o hidroweb, que é um sistema da ANA, que aglutina
323 todas as estações cadastradas, com todas as informações das estações. Com relação a quantidade
324 e qualidade também, estamos produzindo boletins semanais e pediu ajuda dos Conselheiros para

325 melhorar estes trabalhos já realizados pela ADASA. A seguir, passou-se a apresentação do **item**
326 **2d da pauta:** Proposta do Plano de Implementação do Sistema de Monitoramento das Chuvas,
327 da Qualidade e da Quantidade das Águas do Distrito Federal. O objetivo do SISAGUAS é reunir
328 dados de monitoramento de diferentes órgãos do Distrito Federal, e apresentar em uma
329 homepage em forma de mapas temáticos, gráficos, planilhas, entre outros, a fim de permitir o
330 acompanhamento e a utilização das informações para qualquer cidadão ou entidade interessada.
331 Nesse contexto foi explicitado que os fornecedores do Sistema serão: ADASA, CAESB,
332 IBRAM, UnB, CEB, INMet, DIVAL, etc. Os consumidores/usuários serão: cidadãos e qualquer
333 organização que tenha interesse em utilizar/acessar os dados. Os componentes do Sistema será o
334 banco de dados integrado com dados provenientes de todos os órgãos parceiros, em interface
335 com a web. Entre os requisitos esperados está que o Sistema deve conter dois tipos de
336 apresentação dos dados: um de forma simples e inteligível, como mapas e gráficos, e outro mais
337 detalhado, como textos e planilhas contendo toda a coletânea de dados de uma estação, com a
338 possibilidade de exportação. O sistema deve ser construído de forma gradual e dinâmica. O
339 sistema deve ter dados referentes à: 1 - Chuvas (média, mínima e máxima, acumulados, valor de
340 referência, etc.). 2 - Nível e vazões (valores de referência, última medida, série histórica, etc.). 3
341 - Qualidade das águas (série histórica por parâmetro e índices – IQA, IET, etc.). 4 - Qualidade
342 das águas em relação à adequação ao enquadramento por parâmetros prioritários (índice a ser
343 desenvolvido). 5 - Balneabilidade Lago Paranoá. 6 - Estado de conservação das matas ripárias. 7
344 - Áreas protegidas. 8 - Empreendimentos licenciados. 9 - Outorgas emitidas. 10 - Dados de
345 controle de níveis de reservatório. 11 - Dados de segurança hídrica (DIVAL). 12 - Programas e
346 projetos em execução. 13 - Relatórios, atlas, artigos, resoluções. O sistema deve ser construído
347 seguindo as etapas de: 1 - Levantamento de Dados. 2 – Modelagem. 3 - Análise de Requisitos. 4
348 - Integração de Dados. 5 - Desenvolvimento do Sistema. 6 – Homologação. 7 – Instalação. 8 -
349 Manutenção evolutiva. Para o adequado acompanhamento de cada etapa deve ser definido grupo
350 específico, que deverá ser composto por técnicos com conhecimento e comprovada experiência
351 em recursos hídricos das instituições interessadas, bem como especialistas em sistema de
352 informação. Após implantado, o sistema deverá ser operado e mantido pela ADASA, em sala
353 específica (Centro de Operações das Águas – COA) e com técnicos de dedicação exclusiva, de
354 modo que estes sejam responsáveis pela homologação das informações recebidas dos órgãos
355 parceiros, tratamento e conformação dos dados, atualização do sistema, publicação de
356 informações e produção de relatórios. Sugere-se a composição mínima de: dois
357 biólogos/ecólogos/limnólogos, dois hidrólogos, dois meteorologistas, dois técnicos de TI, dois
358 secretários e dois estagiários. Também deverão ser estabelecidas parcerias com outros órgãos,
359 como por exemplo, a Defesa Civil, em função das ações a serem desenvolvidas diante de eventos
360 críticos. Foram apresentadas três fases de evolução do sistema: 1 - Primeira fase: dados e
361 gráficos estáticos, mapas temáticos, elaboração de *templates*, arquivos em pdf (relatórios,
362 boletins, artigos). 2 - Segunda fase: definição de novos parâmetros a serem avaliados e exclusão
363 de outros, mapas interativos, cálculo de índices, sugestões de modificações na Resolução CRH
364 nº02/2014. 3 - Terceira fase: padronização da aquisição de dados (hora da coleta, metodologia de
365 coleta, transporte e análises, etc.), modelos preditivos. Finalizada a apresentação passou-se às
366 considerações do Conselho. A Conselheira Maria Sílvia/SEMA lembrou que é preciso definir a
367 relação do SISÁGUA com o SISDIA e assegurar bilaterais entre os órgãos, particularmente, no
368 tocante à contratação da fábrica de software, já resolvendo o problema (neste momento está
369 sendo contratada pela ADASA e IBRAM). O Conselheiro Montenegro/ABES/DF manifestou
370 que tem uma questão que o Jorge Enoch levantou que é de aproveitar ou não o sistema de
371 informação. Se seguir pelo lado proposto ou se vai debater mais isso. Hoje é mais adequado
372 melhorar o sistema existente ou propor outro sistema? É claro na Lei de criação da ADASA, no
373 item que trata das competências, que é competência da ADASA, organizar, implantar e gerir o
374 sistema de informações de RH/DF, integrando-o ao Sistema Nacional de Informações de RH.
375 Tem que está no orçamento dela as previsões para isto. O Conselheiro Mourão/Fórum das ONGs
376 lembrou que uma coisa é o sistema de informações que temos que ter, outra coisa é o sistema que
377 podemos ter e como vamos passar as informações que temos. Talvez o Conselho tenha que
378 refletir melhor sobre isto. O GT fez o seu trabalho. Acredito que temos que ter o sistema de

Folha Nº 129
Processo Nº 3913000062/2015
Rubrica Ass 2679TL1

379 monitoramento e também o sistema de informações. O Conselheiro Rafael/ADASA esclareceu
380 que a ADASA tem um sistema de informação, que pode não ser satisfatório, mas tem, que é
381 aquele que integra o HIDROWEB e ADASA. A ideia aqui é fazer a junção do SNIRH e
382 HIDROWEB para ser o SISÁGUA do DF. O Conselheiro Jorge Enoch/EMBRAPA salientou
383 que talvez seja interessante fazer uma reunião com os especialistas e os gestores para trazer isto
384 na próxima reunião, para organizar estas informações e trazê-la de forma útil para os gestores. A
385 Conselheira Maria Sílvia/SEMA propôs que na próxima reunião seja feita uma síntese do
386 SISDIMA e mande para os Conselheiros, no sentido de se definir o que se quer. Porque se temos
387 um sistema destes e ele não dá condições para que a outorga e licenciamento, por exemplo,
388 estejam concatenados, então ele não atende. Maria Sílvia falou que está se falando de uma
389 superestrutura onde a informação de um alimenta o outro. O presidente do Conselho, André
390 Lima/SEMA lembrou que a Resolução nº 02/2014 estabelece um prazo para que este sistema
391 esteja funcionando. O que foi apresentado aqui hoje é uma proposta. Pelo perfil dos comentários,
392 parece que não está maduro para ser aprovado como está. Então existem duas propostas:
393 devolver a matéria para a Câmara Técnica trabalhar melhor, com base nos comentários feitos
394 aqui e depois voltar para avaliarmos. A outra proposta é suspendermos esta reunião e voltarmos
395 para aprimorar a discussão em outra reunião. O Conselheiro Montenegro/ABES/DF sugeriu que
396 devolva a matéria para o GT, e dando prazo para aprimorar, depois volta para o Conselho. O
397 Presidente retomou a palavra e informou que se existe uma matéria que está madura é a
398 disponibilidade hídrica. Sugeriu, então, chamar uma reunião extraordinária para apresentar este
399 tema. Outra sugestão é deixar estas recomendações com o GT para aprimorar e voltar em outra
400 reunião para análise. Solicitou aos Conselheiros que formulem melhor as sugestões apresentadas
401 aqui, colocando-as na forma escrita e enviem para o presidente da Câmara Técnica para nortear
402 os estudos de aprimoramento da matéria no GT. Sugeriu uma reunião extraordinária para o dia
403 09/03/16 para apresentar a disponibilidade hídrica e outra, dia 13/04 para apreciação da proposta
404 do GT, quanto ao Enquadramento – Diagnóstico e Plano. Passou-se ao **Item 3 da pauta.**
405 **Informes:** o senhor Sérgio Ribeiro/SEMA informou que a SEMA está montando um calendário
406 único dos eventos no mês das águas e pede que todos os parceiros divulguem. O lançamento será
407 segunda feira, dia 29/02. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a reunião. Esta
408 Ata será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes e, posteriormente, publicada o
409 extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

ANDRÉ LIMA
Presidente CRH

MARIA SILVIA ROSSI
SEMA

TEREZA CRISTINA ESMERALDO DE OLIVEIRA
SEMA

RICARDO RODRIGUES NOVAES
SINESP


LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS
HBRAM

RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA

MARIA DO CARMO MAGALHÃES CÉZAR
CAESB

CLÁUDIO C. GUEDES
CEB

MAÑOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO
IBAMA/SUPES

ALINE REZENDE PEIXOTO
IBAMA/SUPES

JORGE ENOCH FURQUIN W. LIMA
EMBRAPA

FRANCISCO ALVES RIBEIRO
SRDF

ANTONIO CARLOS DE ARAÚJO NAVARRO
FIBRA

TEREZINHA LIMA
ÚNICA/DF

LUCIJANE MONTEIRO DE ABREU
ABES/DF

LUIZ FERNANDO KITAJIMA
UCB

MARCOS HELAÑO F. MONTENEGRO
ABES/DF

REGINA STELLA Q. FITTIPALDI
FÓRUM DAS ONGs
(1ª VAGA)

LUIZ ERNESTO B. DE MOURÃO SÁ
FÓRUM DAS ONGs
(2ª VAGA)

Folha No 130
Processo No 393000062/2015
Rubrica 160 267 9712